



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS  
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DE MANDIOCA E DERIVADOS

MEMÓRIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 04/03/2026 (quarta-feira)

HORÁRIO: 14:00 – 17:00

LOCAL: Edifício Sede MAPA, Brasília/DF

Link de Acesso: [https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\\_Y2JhM2RjYTctYzRkYi00ZWQ3LWUwNTktMTAzOTc4NzBmNWFI%40threadd.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22ccf68457-ab09-4379-9168-1aeb774b1fdc%22%7d](https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Y2JhM2RjYTctYzRkYi00ZWQ3LWUwNTktMTAzOTc4NzBmNWFI%40threadd.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22ccf68457-ab09-4379-9168-1aeb774b1fdc%22%7d)

PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura – Presidente. **10 min**
2. Avisos da Secretaria - aprovação da memória da 67ª Reunião Ordinária. **5 min**
3. **Equiparação dos valores de fibra bruta das farinhas de mandioca – Correção da Norma** referente à Fibra Bruta - Ofício nº 03/2026, que relata inconsistência normativa com impactos diretos ao setor desde 2020. Dra. Karina Fontes Coelho Leandro/ Dr. Marcelo Frederico Gonçalves. DIPOV/SDA. **40 min.**
4. Solicitação de **revisão e aperfeiçoamento do ZARC** da cultura da mandioca Estados do Paraná e Chapada do Araripe (PE/PI/CE) - Dr. Hugo Borges Rodrigues - Coordenador-Geral de Risco Agropecuário – CGRA. **40 min.**
5. Encerramento.

**OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA**

A reunião foi aberta pelo presidente da Câmara Setorial de Mandioca e derivados CSM, **Sr. Eloísio Barbosa Lopes Júnior**, que deu as boas-vindas aos membros, representantes de entidades do setor produtivo, pesquisadores e convidados presentes presencialmente e de forma virtual. Em sua fala inicial, o presidente destacou o início dos trabalhos da Câmara no ano de 2026 e ressaltou os desafios estratégicos para o biênio 2026-2027, enfatizando a necessidade de ampliar a presença da mandiocultura nas políticas públicas e nas agendas de inovação e transição energética. Segundo o presidente: “Nós temos um momento extremamente oportuno para inserir a cadeia produtiva da mandioca nas novas políticas energéticas do mundo. Países asiáticos já utilizam a mandioca como base para produção de etanol e o Brasil, sendo o berço dessa cultura, não pode ficar de fora desse processo.”

O presidente também ressaltou a importância da cultura para a agricultura familiar, destacando que aproximadamente **86% da produção nacional de mandioca é realizada por agricultores familiares**, reforçando o papel social da cadeia produtiva. Durante a abertura, foi registrada a presença do **Deputado Federal Daniel Barbosa (AL)**, convidado para participar da reunião e manifestar apoio à cadeia produtiva. O parlamentar destacou a relevância da mandiocultura para o desenvolvimento regional e para a geração de renda no campo, especialmente no Nordeste. Em sua manifestação, afirmou: “A mandioca é a base da agricultura familiar em muitas regiões do país. Precisamos investir mais em pesquisa, inovação e no aproveitamento industrial de seus derivados.” O deputado também ressaltou a importância de ampliar o uso industrial da mandioca, inclusive em processos ligados à transição energética e biocombustíveis.

Na sequência, o presidente registrou ainda a presença da **Dra. Monalisa Sales**, coordenadora nacional de pesquisa e inovação da CEPLAC, (**Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**), que participou como convidada para conhecer mais de perto as demandas da cadeia produtiva da mandioca e avaliar possibilidades de cooperação institucional. Em sua intervenção, a Dra. Monalisa apresentou brevemente a atuação da CEPLAC, destacando que a instituição passou por uma ampliação de escopo nos últimos anos, incorporando projetos de inovação voltados a sistemas agroflorestais e novas cadeias produtivas. Segundo ela: “Hoje a CEPLAC não atua apenas com cacau. Nós ampliamos nossa atuação para sistemas agroflorestais e estamos abertos a desenvolver parcerias com outras cadeias produtivas estratégicas. A mandioca é uma cultura muito relevante, tanto do ponto de vista social quanto econômico, e estamos aqui justamente para compreender melhor as demandas do setor e avaliar como a CEPLAC pode contribuir.”

Na sequência, o secretário da Câmara, **Sr. Rogério Ferreira do Nascimento Paula**, realizou os avisos institucionais e solicitou aos participantes que se identificassem no chat da reunião para registro de presença. O secretário também submeteu à apreciação dos membros a **memória da 67ª Reunião Ordinária**, realizada em 26 de novembro de 2025, em Paranavaí/PR, durante a FIMAM. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de ajustes, a memória foi **aprovada por unanimidade**. Foram também reafirmadas as datas das próximas reuniões da Câmara em 2026: **69ª RO**: 06 de maio de 2026 (manhã); **70ª RO**: 05 de agosto de 2026 (manhã); **71ª RO**: 21 de outubro de 2026 (manhã); possibilidade de reunião adicional em **02 de dezembro de 2026**.

### **Equiparação dos valores de fibra bruta das farinhas de mandioca – IN nº 52/2011**

O principal ponto de debate da reunião foi a **equiparação dos valores de fibra bruta das farinhas de mandioca**, tema recorrente nas reuniões da Câmara e objeto de demandas do setor produtivo desde 2020. O presidente destacou que a questão tem gerado impactos diretos para a indústria, especialmente no que se refere a autuações fiscais e dificuldades de enquadramento dos produtos dentro dos parâmetros normativos vigentes. Representando o **DIPOV/SDA/MAPA**, o **Dr. Marcelo Frederico Gonçalves** apresentou informações sobre o andamento do processo regulatório para revisão da norma. Segundo ele: “Nós recebemos a manifestação da Câmara Setorial e ela foi considerada no processo de revisão da norma. O tema está sendo analisado

dentro do processo regulatório e deverá seguir para consulta pública.” O técnico explicou que, na proposta atualmente em análise, houve uma tentativa de **padronização dos limites de fibra bruta**, com valores harmonizados para os produtos.

Entretanto, representantes do setor manifestaram preocupação com o impacto dessa mudança. O **Sr. Florisbelo**, representante da **ASCLAVE – Associação das Empresas Credenciadas para Classificação de Produtos Vegetais**, fez uma exposição detalhada sobre o histórico técnico da questão e os impactos enfrentados pelas indústrias desde a publicação da **Instrução Normativa nº 52/2011**. Em sua manifestação, Florisbelo apresentou dados de análises laboratoriais realizadas por laboratórios credenciados e explicou que o problema decorre da definição original dos limites de fibra bruta, que não refletia adequadamente a realidade da matéria-prima e do processo de produção das diferentes farinhas de mandioca. Segundo ele: “A matéria-prima é a mesma em todo o país. A mandioca produzida no Rio Grande do Sul é a mesma produzida em São Paulo, no Nordeste ou no Norte. O que muda é apenas o processo de torração e a granulometria do produto. Por isso não faz sentido termos limites diferentes para produtos que derivam da mesma matéria-prima.”

Florisbelo também destacou que estudos realizados por laboratórios credenciados já haviam sido encaminhados ao MAPA e posteriormente avaliados pela **Embrapa**, que elaborou o **Manual nº 245**, recomendando a revisão dos limites de fibra bruta. Durante sua apresentação, ele enfatizou que o setor vem enfrentando dificuldades operacionais e financeiras devido às autuações decorrentes da aplicação da norma atual, relatando que diversas amostras analisadas acabam sendo reprovadas por margens pequenas em relação ao limite estabelecido. Conforme explicou: “O trabalho técnico já foi feito, foi encaminhado ao Ministério e analisado pela Embrapa. O que aconteceu foi um problema na publicação da norma em 2020, quando a correção foi aplicada apenas para a farinha do grupo seca, enquanto as farinhas d’água e bijuzada permaneceram com os limites antigos.”

A **Sra. Iramaia Figueiredo**, representante da indústria, apresentou um histórico detalhado da discussão, ressaltando que o tema vem sendo tratado há mais de uma década no âmbito da Câmara Setorial. Segundo ela: “Esse tema é antigo. Desde 2011 temos esse pleito aqui na Câmara. Em 2021 foi enviado ofício solicitando a alteração dos teores de fibra para farinha bijuzada e farinha d’água.” A representante também destacou que estudos técnicos da **Embrapa**, incluindo o **Manual nº 245 de 2021**, já recomendaram a extensão dos limites aplicados à farinha seca para os demais tipos de farinha.

Outra preocupação levantada foi o impacto das autuações sofridas pelas indústrias. Iramaia destacou: “As empresas estão sendo penalizadas há anos. Recebemos muitas constantemente porque a farinha apresenta teor de fibra acima do limite atual, mesmo sendo tecnicamente adequado.”

O pesquisador e consultor da CSM, Dr. **Estevão (Embrapa)**, também se manifestou durante a reunião, reforçando o apoio técnico da instituição às demandas do setor. Em sua fala, destacou: “A Embrapa está à disposição para colaborar com os estudos técnicos necessários. O

importante agora é encontrar um mecanismo que minimize os impactos que o setor vem enfrentando.”

Representantes da indústria também relataram que a situação tem gerado custos adicionais para as empresas, incluindo despesas com reanálises laboratoriais, perícias e autuações administrativas, além de dificuldades na comercialização dos produtos. Diante do exposto, os membros da Câmara reforçaram a necessidade de avançar na solução regulatória do tema, considerando que a equiparação dos valores de fibra bruta representa uma demanda histórica do setor produtivo e já conta com respaldo técnico.

Permaneceu como encaminhamento institucional da Câmara **reforçar o pedido de revisão normativa ao DIPOV/SDA/MAPA**, com base:

- nos estudos técnicos já apresentados pelo setor;
- nos dados laboratoriais da ASCLAVE;
- no **Manual nº 245 da Embrapa**;
- e nos documentos já enviados anteriormente pela Câmara e pelas entidades do setor.

Ou seja, a Câmara **continuará pleiteando a correção normativa** para equiparar os limites de fibra bruta das farinhas de mandioca (seca, d'água e bijuzada), corrigindo a inconsistência criada após a publicação da **IN nº 58/2020**, que alterou apenas o grupo seca. Esse encaminhamento se mantém dentro do **processo regulatório do DIPOV**, que deverá seguir para **consulta pública** antes da publicação final da norma.

Durante o debate ficou evidente a preocupação do setor com as **multas e autuações aplicadas às indústrias**, enquanto a norma ainda não foi corrigida.

Por isso, a partir da intervenção do **Estevão (Embrapa)** e da concordância dos participantes, surgiu um **segundo encaminhamento complementar**:

**A Câmara Setorial deverá encaminhar um novo ofício ao MAPA (DIPOV/SDA) solicitando:**

- **suspensão temporária das autuações e fiscalizações relacionadas ao teor de fibra bruta,**
- **até a conclusão do processo de revisão normativa.**

Estevão sintetizou esse encaminhamento durante a reunião:

“O pedido concreto agora seria solicitar a suspensão das autuações momentaneamente até que o processo normativo seja concluído.”

O próprio representante do DIPOV indicou que esse pedido **poderia ser formalizado pela Câmara e analisado pela área competente.**

## Revisão do ZARC da cultura da mandioca

Outro tema relevante discutido foi a **revisão e aperfeiçoamento do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) da mandioca**, especialmente para os estados do Paraná e para a região da Chapada do Araripe (PE, PI e CE). O **Dr. Hugo Borges Rodrigues**, Coordenador-Geral de Risco Agropecuário (CGRA/MAPA), apresentou esclarecimentos aos membros da Câmara sobre o funcionamento do **Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC)** e sobre a solicitação de revisão do zoneamento para a cultura da mandioca, especialmente nos estados do Paraná e na região da Chapada do Araripe (PE, PI e CE).

Em sua exposição, o coordenador explicou que o ZARC é construído com base em séries históricas de dados climáticos e agronômicos, normalmente considerando um período de aproximadamente **30 anos de histórico climático**, o que garante maior segurança técnica na definição das janelas de plantio e das condições de financiamento agrícola. Segundo ele: “São levados em conta os dados climatológicos de cerca de 30 anos de histórico do clima. Mesmo quando o estudo foi publicado há alguns anos, ele ainda reflete de forma consistente as condições que foram avaliadas naquele momento.” O coordenador informou que o **zoneamento da mandioca atualmente em vigor foi publicado em fevereiro de 2020**, sendo considerado relativamente recente dentro do ciclo de atualização dos estudos. Entretanto, diante das demandas apresentadas pela Câmara Setorial e por representantes regionais, o MAPA incluiu a cultura da mandioca na programação de revisão metodológica do ZARC.

Durante sua fala, ele destacou: “Nós temos algumas demandas específicas para regiões, como o Paraná e algumas áreas do Nordeste. Por isso o estudo da mandioca já está planejado para ser realizado em 2026, com a intenção de publicar um novo estudo ainda no mesmo ano.”

O Dr. Hugo também explicou que a nova versão do ZARC deverá incorporar **aperfeiçoamentos metodológicos**, incluindo a atualização dos critérios de classificação de solos utilizados no modelo de análise de risco climático. Segundo ele: “A nova metodologia do ZARC passa a considerar seis classes de solo baseadas na capacidade de retenção de água, substituindo o modelo anterior que utilizava apenas três tipos de solo.” Essa atualização, segundo o coordenador, poderá contribuir para resolver restrições observadas em algumas regiões produtoras, onde áreas atualmente não enquadradas no zoneamento poderão passar a ser consideradas aptas para o cultivo da mandioca.

O coordenador também informou que o processo de revisão será conduzido em parceria com a **Embrapa**, especialmente por meio da rede técnica responsável pelos estudos de zoneamento agrícola. Além disso, destacou a importância da participação do setor produtivo nas etapas finais do processo: “Após a elaboração do estudo, realizamos reuniões de validação antes da publicação oficial. Nessas reuniões, os representantes do setor podem apresentar dúvidas e contribuições antes da portaria final que orienta crédito rural, seguro agrícola e políticas públicas.”

A fala foi recebida positivamente pelos membros da Câmara, que ressaltaram a importância da revisão do ZARC para ampliar o acesso ao crédito rural e melhorar a adequação das recomendações técnicas às condições produtivas regionais.

### **Encerramento**

Ao final da reunião, o presidente agradeceu a presença de todos os participantes e destacou a importância da continuidade do diálogo entre o setor produtivo, a pesquisa e o governo. Também reforçou a necessidade de avançar na resolução da questão regulatória relacionada à fibra bruta das farinhas de mandioca, considerada prioritária para o setor. A reunião foi encerrada após os debates dos temas da pauta.

### **DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:**

<b>Encaminhamentos</b>	<b>Órgão Demandado</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Esperado</b>
Encaminhar nova manifestação da Câmara solicitando solução para a equiparação dos valores de fibra bruta	DIPOV/SDA/MA PA	Análise técnica e avanço do processo regulatório	Presidência da Câmara / ABAM / SIMP	Antes da próxima reunião
Solicitar avaliação sobre suspensão temporária de autuações relacionadas ao teor de fibra bruta até conclusão da revisão normativa	DIPOV/SDA/MA PA	Avaliação administrativa da possibilidade de suspensão	Câmara Setorial / Embrapa	Antes da próxima reunião
Reforçar apoio técnico da Embrapa para subsidiar revisão normativa	Embrapa	Disponibilizar estudos e dados técnicos	Embrapa Mandioca e Fruticultura	Permanente
Acompanhar processo de revisão do ZARC da mandioca	CGRA/MAPA	Atualização e aperfeiçoamento do zoneamento agrícola	MAPA / CGRA	2026

Informa-se que essa reunião foi gravada e a presente memória aborda de modo sucinto os assuntos mais importantes. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

### **APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:**

<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Presidente: Eloizio Lopes Junior	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	
Consultor: Carlos Estevão Leite Cardoso	

